



ISSN: 2595-5713

Vol. 06 | N°. 12 | Ano 2023

José Mateus Catotala

Site/Contato

Editores

Ivaldo Marciano
ivaldomarciano@gmail.com

Alexandre António Timbane
alexandre.timbane@unilab.edu.br

OS KUVALE NO SÉCULO XX: RESISTÊNCIA E GENOCÍDIO

THE KUVALE IN THE 20TH CENTURY: RESISTANCE AND GENOCIDE

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo refletir sobre os Kuvale, com foco nos aspectos relacionados à sua história de quase extinção no século XX, que foi marcada por resistência e genocídio. Investigamos os principais elementos da história dos Kuvale, incluindo sua origem e território, destacando as fronteiras como parte de um contexto que não era previamente conhecido pelos habitantes locais. Para os Kuvale, as fronteiras representaram uma criação que surgiu com o colonialismo, impondo restrições à mobilidade de pessoas e gado, bem como às suas expressões políticas, culturais e econômicas. A questão econômica desempenhou um papel central nos conflitos entre a administração colonial e o povo Kuvale no final da primeira metade do século XX.

PALAVRAS-CHAVE: Resistência; Genocídio; Kuvale; Século XX.

ABSTRACT: This work aims to reflect on the Kuvale people, especially the aspects related to their history of near-extinction in the 20th century, marked by resistance and genocide. We sought to analyze the most relevant aspects of the Kuvale, mentioning their origin, territoriality, and borders as parts of a repertoire that was not known to the peoples inhabiting the territory. For the Kuvale, the border is a creation that emerged with the advent of colonialism, imposing limitations on the movement of men, women, and their cattle, as well as on their political, cultural, and economic expressions. The economic aspect, in particular, was the cause of conflicts between the colonial administration and the Kuvale people at the end of the first half of the 20th century.

KEY WORDS: Resistance; Genocide; Kuvale; 20th century.

OS KUVALE NO SÉCULO XX: RESISTÊNCIA E GENOCÍDIO

José Mateus Catotala ¹

Introdução

No atual território do Namibe, como um espaço político e administrativo moderno, os Kuvale, assim como os Himba, fazem parte da grande massa das populações Helelo (também nomeadas por herero) ali residentes. Os povos Helelo também podem ser encontrados no país vizinho, Namíbia. Nosso estudo se limita aos Kuvale no século XX, aos atos de resistência contra o poder administrativo colonial, ao genocídio que ocorreu, à exploração e outras formas de violência perpetradas pela administração colonial durante esse período. Buscamos estudar, interpretar e descrever as diversas manifestações sociais, políticas e culturais desse povo na manutenção de sua autonomia no contexto da expansão da autoridade colonial.

Não podemos esquecer que, ao contrário da distribuição étnica e populacional no atual território do Namibe, no passado, o espaço era dominado significativamente pelos povos Kuvale, que constituíam o maior reduto da população humana ali presente. Presume-se que os Kuvale tenham chegado à região a partir dos anos 1500, no mesmo período da expansão europeia para o território da atual Angola. Os Kuvale, no entanto, se estabeleceram primeiro na região e foram responsáveis pelos eventos que ocorreram lá, animando as relações comerciais, políticas e econômicas da região antes da presença efetiva da população europeia a partir do século XIX.

Com o surgimento dos portugueses, especialmente com o estabelecimento da colônia de Moçâmedes no final da primeira metade do século XIX, as dinâmicas desses povos, os Kuvale, descritos como habilidosos criadores de gado bovino, ovinos e caprinos, foram completamente abaladas pelos interesses supremacistas da colonização europeia, que buscava justificar sua existência por meio da colonização, um argumento que, aliás, marca toda a postura europeia em sua relação com os povos africanos, mas, na essência, o objetivo central era a dominação, que, no caso dos Kuvale, ocorreu precisamente no século XX, sendo praticamente o último reduto de povos livres em todo o território angolano sob a dominação portuguesa.

Por esse motivo, os Kuvale, também descritos como ladrões de gado, como sujeitos insubmissos, foram alvo de fortes ataques por parte da administração colonial da época, que buscou por todos os meios materiais e humanos trazer os Kuvale para perto da extinção material e imaterial. Isso só não aconteceu porque os Kuvale souberam entender os desígnios do contexto e, mesmo após serem mortos, exilados, explorados e submetidos às armas, conseguiram ressurgir, se

¹ Professor de História do ensino geral na rede pública de Angola. Mestre em Ensino da História da África pelo Instituto Superior de Ciências da Educação da Huíla (ISCED-Huíla). E-mail: catotala947@gmail.com

readaptar e reconstruir os antigos espaços muito antes da independência em 1975. Na verdade, a história dos Kuvale é profundamente marcada por travessias difíceis até a consumação de sua identidade atual, que eles mantêm há muitos anos.

Os Kuvale no Século XX: Resistência e Genocídio

No presente, assim como no passado, o território atual do Namibe, cujas fronteiras nacionais e internacionais atuais foram moldadas pela presença europeia no continente, era considerado um espaço de fronteiras abertas habitado por diversas populações, cuja diversidade linguística e estilo de vida ainda são evidentes hoje. Essa teoria é amplamente defendida pelo antropólogo Ruy Duarte de Carvalho em seus diversos ensaios sobre os Kuvale.

Segundo Wheeler e Pélissier (2011), existem autores que classificam a Angola colonial em seis províncias geográficas - Luanda, Congo, Benguela, Namibe, Alta Zambézia e a fronteira do Deserto de Kalahari. De acordo com o período de colonização e presença de colonos brancos, as províncias mais importantes foram Luanda, Benguela e, posteriormente, a região do Namibe, que possui um clima árido e seco, sem rios permanentes, sendo um território seco da costa até o interior.

Apesar do atraso na colonização europeia na região, que ocorreu no final da primeira metade do século XIX, ela serviu como uma ligação entre o interior e a costa. Os vastos espaços para a criação de gado sempre despertaram o interesse das autoridades coloniais, desde o século XVIII, com as expedições à costa sul de Benguela. A apropriação do gado dos nativos alimentou as caravanas de exploradores que percorreram a região nos séculos XVIII e XIX.

Dessa forma, a divisão populacional dos povos antigos do Namibe foi moldada de acordo com a ordem de chegada à região. Os povos Ova-Kede, Vatwa (Ova-Kwepe e Ova-Kwandu), Helelo (Kuvale e Himba) e europeus se estabeleceram na região do Dombe. Suas semelhanças ainda são evidentes nas populações que habitam a região com o mesmo nome. Os Kuvale podem ter chegado ao território do Namibe em um período posterior à colonização de Moçâmedes e à chegada de populações de origem europeia. Os Helelo também estão presentes nos territórios da Namíbia e Cunene. Todos esses grupos têm raízes semelhantes. No passado, esses povos se estabeleceram na região do Dombe, cujas semelhanças ainda são observadas nas populações que habitam a região com o mesmo nome, e se fixaram nas margens do rio Catumbela (GOMES, 2014).

A região habitada pelos Kuvale no século XX se estendia da Chela até a costa, incluindo áreas montanhosas e morros isolados, sendo o Morro Maluco o mais conhecido. A Serra do Guendelengo, perto de Bibala, e as Montanhas do Hambo, localizadas em Camucuiu, eram importantes para o assentamento permanente dos pastores, assim como uma região planáltica com

alguns montes. Essa área tinha uma população muito escassa, estimada em cerca de 4.000 indivíduos na época (ESTERMANN, 1961).

Os Kuvale viviam em um cenário único de pastagens naturais, onde os recursos hídricos dependiam das chuvas escassas. Isso levanta questões interessantes para estudiosos de várias áreas. Como esse povo conseguiu manter uma tradição de criação de gado em um ambiente com recursos hídricos e pastagens limitados ao longo dos séculos? Na nossa opinião, isso se deveu a práticas repetidas ao longo dos séculos, onde um regime de criação desafiador era a chave para o sucesso (CARVALHO, 1997).

Os Himba ao sul do rio Curoca e os Kuvale ao norte são responsáveis por uma cultura de criação de gado e produção de leite no sudoeste de Angola. Os Kuvale habitaram e se desenvolveram entre o deserto do Namibe e a região de Huila, forjando uma identidade típica de pastores, como é característico de vários grupos de pastores no continente africano (CARVALHO, 2008). De acordo com Estermann (1961), a linha divisória territorial no Sul é apenas política e não étnica. A terra habitada pelos Helelo é atravessada por quatro rios principais: Coroca, Bero, Giraul (Ondyila-hulu) e Bentiaba. Todos são cursos d'água não permanentes, beneficiados apenas por fortes chuvas em anos de boa pluviosidade, quando o fluxo pode ser ininterrupto por vários meses.

Nosso estudo se concentra na problemática dos Kuvale, um povo cuja vida, tanto antiga quanto atual, gira em torno da criação de gado bovino, caprino e ovino. Acredita-se que eles tenham vindo do leste da África, dos Grandes Lagos, até a região que consideram sua casa há séculos (Namibe), uma área entre o oceano e o vasto deserto. Portanto, começamos nossa discussão analisando os principais pontos que levaram a conflitos entre essas populações de pastores e as autoridades coloniais da época, o que quase resultou em sua extinção. Com o tempo, os Kuvale habitaram territórios que se estendem do norte do rio Curoca até a Serra da Neve, possuindo uma grande quantidade de gado, ovelhas e cabras. Isso se tornou a principal dinâmica socioeconômica e política deles (CARVALHO, 2002).

Nesse período, os Kuvale eram classificados como o segundo grupo mais importante dos Helelo e possuíam uma vasta área de pastagem que ia de Coporolo a Curoca. Com uma população estimada entre 4.000 e 5.000 pessoas na época, eles eram responsáveis por muitas guerras entre os colonos brancos em Sopé e Gambos. A única atividade que os Kuvale realizavam para os brancos era o transporte de passageiros. Eles reagiam quando as autoridades administrativas ou ladrões de gado roubavam seu gado. Com sua natureza típica de pastores, às vezes envolvidos em incursões e contra-incursões, eles eram o último bastião dos povos livres no território colonial de Angola e um incômodo para as ambições expansionistas portuguesas (PÉLESSIER, 1997).

Os Helelo em geral, e os Kuvale em particular, são classificados como criadores de gado bovino típicos. A agricultura nunca fez parte da sua atividade produtiva, sendo uma prática recente.

A vida do gado tem um profundo impacto nos aspectos políticos, econômicos, culturais e religiosos dos Kuvale (REDINHA, 1973). Isso significa que a comercialização de gado é algo recente e não estava presente nas relações econômicas ou sociais desse povo. O gado era visto como símbolo de riqueza e prestígio, além de desempenhar um papel essencial em suas crenças religiosas, sendo dedicado a vários rituais sagrados. Todos esses fatores desencorajavam a comercialização do gado. Além disso, o comércio de gado surgiu com a chegada da presença colonial, o que foi um desafio para esse povo (REDINHA, 1973).

Para compreender esse modelo de produção, é importante entender que o gado precisava de pastagem, água e outras condições para sobreviver. Estando em uma região desértica, os Kuvale levavam um estilo de vida nômade, sem fronteiras fixas para seus rebanhos. Eles caminhavam diariamente em busca das condições necessárias para a sobrevivência e reprodução de seu gado, que era a base de sua existência, especialmente durante os períodos de seca. Nos períodos de chuvas, eles se estabeleciam temporariamente, aproveitando a abundância de alimentos para o gado. Carvalho (2008, p. 81) explica o modelo de produção dos Kuvale da seguinte forma:

É um sistema que se fundamentava numa estrita gestão de equilíbrio ecológico e de equilíbrio social: recursos (pastos, água, sal), meios (vacas, ovelhas e cabras), grupo de produção – grupo de consumo. Produz leite para exclusivo consumo interno, e carne, machos castrados, também para o consumo local, mas sobretudo para atender a encargos sociais e para trocar com o exterior. Produz também algum cereal. Mas esse cereal não chega para o consumo do grupo e têm que obtê-lo, em grande parte, através da troca. Foi assim quando os portugueses assinalaram aqueles pastores pela primeira vez, no segundo quartel do século XIX, era assim quando veio a independência e é assim ainda hoje. Com a chegada dos portugueses, o cereal passou a ser trocado com eles – juntos com os panos, os agasalhos, apetrechos e catabas, sal e bebida -- pelos bois machos criados sobretudo para isso mesmo.

A economia do gado, que consiste no leite, está estritamente fundamentada na cultura deste povo, ou seja, o gado marca toda a vida do homem Kuvale, e suas manifestações culturais e ritualísticas estão envolvidas nessa noção. Isso faz com que a agricultura não seja um valor pregado dentro desta comunidade. O desprezo pelo que representa a modernidade, pelos assimilados, e a repulsa pela prestação de serviços a terceiros, considerados valores desprezíveis, tornam os Kuvale um grupo interessante que continua a suscitar interesse de estudo até hoje (CARVALHO, 1997).

Os Kuvale possuem, assim, uma economia baseada no leite, na qual o gado bovino constitui o elemento marcante para servir o homem e a reprodução do seu rebanho, que se torna, desse modo, um elemento primordial na manutenção do rebanho e na significância da existência desse grupo. A carne também constitui um elemento útil dentro desse processo, mas geralmente é consumida em cerimoniais. Além disso, os ovinos e caprinos complementam essa cadeia de criação e servem, sobretudo, como moeda de troca para o estabelecimento de relações comerciais,

trocas com cereais e outros produtos com as sociedades análogas. Os cereais, na dieta alimentar, claramente foram implementados em um período mais recente, visto que a prática do consumo de cereais e sua cultura não faziam parte da natureza do grupo (CARVALHO, 1997).

A agricultura requer disposição, tempo, recursos hídricos, terras e sedentarização, o que, no período do nosso estudo não estava à disposição das populações Kuvale. Portanto, não é exagero afirmar que não havia a prática da agricultura entre os povos Kuvale no século XX. O gado representava o elemento primordial dentro dessa cultura de produção. Ao longo dos tempos, viveram em confrontos militares com os povos com quem tiveram envolvimento, desde sua longa marcha em direção ao atual território do Namibe até o período pré-colonial. Os conflitos pela posse de gado, as razias e contra-razias, repressões administrativas coloniais, espoliações, entre outras formas, fundamentam a natureza da existência desse povo em pleno século XX, período da implementação da administração colonial que substituiu as campanhas militares até então existentes (CARVALHO, 1997).

Os territórios Kuvale eram considerados, naquela época, territórios autônomos, uma vez que a autoridade e soberania colonial portuguesa eram escassas ou inexistentes. Isso se deve, em parte, ao fato de os Kuvale estarem dispersos em territórios montanhosos, com caminhos pedregosos e de difícil acesso, além de contarem com espiões posicionados nas montanhas (CAMPOS, 2017).

Não há dúvidas sobre as ações de roubo de gado por parte dos Kuvale, e existem provas inequívocas a respeito disso. Eles sempre foram considerados insubmissos e contrários ao "trabalho". Ao longo da segunda metade do século XIX, foram alvo de investidas da administração colonial e dos colonos, que conduziram várias guerras contra eles com a ajuda de outras populações africanas, formando assim um numeroso exército contra os Kuvale. Essas ações e investidas, realizadas por meio de mãos africanas, deram origem às razias e discórdias entre Tyilenge e Kuvale, que persistem até hoje (CARVALHO, 1997).

As guerras que ocorreram no Namibe são anteriores ao período de 1961, que marca o início da luta de libertação na maioria dos territórios de Angola. Essas guerras também não correspondem ao período de consolidação da autoridade colonial na maior parte dos territórios sob domínio português. Em 1961, quando a guerra pela libertação de Angola começava, não haviam se passado 20 anos desde que os Kuvale haviam sobrevivido por pouco a uma guerra implementada pela autoridade colonial com o objetivo de pacificar completamente os territórios onde esses povos estavam confinados (CARVALHO, 2008).

A falta de controle por parte da autoridade colonial levou à atribuição de características injustas aos Kuvale, como ladrões de gado, insubmissos e inquietos. No entanto, é importante explicar que as ações de razias e contra razias são anteriores à presença portuguesa na região,

embora seja possível considerar que europeus, bôeres, colonos e alguns funcionários da administração colonial da época incentivavam essa atividade antes da implementação da administração colonial, quando ainda prevalecia a imposição militar. Nesse sentido, as atividades de *razia* e *contra razia* foram consideradas atos de violência sem precedentes que precisavam ser combatidos, pois feriam profundamente os interesses da administração colonial, proporcionando assim o argumento ideal para a implementação e legitimação da violência.

A apropriação do gado alheio era uma prática recorrente, baseada em suas relações sociais bem definidas, assim como as *razias* e *contra razias*, principalmente com os Tyilengue, que falam a língua Nyaneka, remetiam a períodos mais antigos de sua existência que começaram a ser afetados com a chegada dos novos atores, ou seja, os colonos europeus (CARVALHO, 2002). Durante o processo de pacificação dos territórios ao sul de Angola, os Kuvale eram considerados os mais aguerridos entre os povos com os quais os portugueses mantinham contato. Para os europeus, a inabilidade em controlá-los levantava dúvidas sobre sua soberania. Além disso, as políticas de *razia* e *contra razia* realizadas pelos Kuvale, não apenas contra os brancos, mas também contra os povos africanos com os quais tinham contato frequente, eram uma preocupação. Um grupo de pouco menos de 5 mil indivíduos estava desafiando a autoridade europeia, o que gerou alarme (CAMPOS, 2017).

A implementação da colônia administrativa estava diretamente relacionada aos territórios e ao gado desse povo. Os europeus acreditavam que a economia baseada no gado dos Kuvale era desvantajosa do ponto de vista econômico, ou seja, não era compatível com os interesses da administração colonial, que buscava integrá-los no comércio em vigor. Portanto, os portugueses começaram a mudar suas atitudes em relação aos Kuvale (CAMPOS, 2017). Os Kuvale representavam uma certa autonomia política devido à quantidade de gado em sua posse, o que não era bem visto pelas autoridades administrativas coloniais, uma vez que essa riqueza representava uma fonte importante de impostos e controle (CAMPOS, 2017).

De acordo com Carvalho (1997), não há dúvidas de que o imposto implementado em 1907 em toda a colônia de Angola foi a principal razão para a guerra e a constante insegurança em relação à administração colonial durante o período de 1940-1941. Nesse sentido, a guerra de 1940-1941 pode ser vista como uma consequência das tentativas de expansão e implementação da lei do imposto. Durante esse período, as pessoas eram obrigadas a registrar seus nomes para o pagamento de impostos.

Os atos repressivos de 1941 não visavam neutralizar uma insurgência política previamente fundamentada. Pelo contrário, eram uma manifestação de uma política simplista da autoridade colonial que buscava impor sua ação civilizadora aos últimos remanescentes de povos livres em

território angolano, povos considerados "indóceis, ladrões de gado, avessos ao pagamento de impostos e à prestação de serviços braçais" (CARVALHO, 2002).

Antes do período em estudo, os Kuvale passaram por uma série de guerras, incluindo as guerras de Kambarikongolo, Nano, Mulungu, Kapilongo, Kalute, e a maior delas, a guerra de Kokombola, que quase extinguiu os Kuvale do ponto de vista étnico, cultural e físico. As primeiras guerras envolveram a expansão dos Khoi, Topnaar e Swartbooi no sul da Namíbia, disputando pastagens com as populações Himbas e Helelo nas margens do rio Cunene. Isso levou muitos deles a emigrarem para Angola. A segunda guerra, a Guerra do Nano, envolveu razias praticadas pelos povos do planalto norte da Huíla e os Ovimbudu em geral, exercendo pressão sobre os povos do planalto interior da Huíla e estendendo-se até a costa do Namibe (CARVALHO, 2002).

Cem anos após a implementação da colônia na região, em 1941, os Kuvale ainda eram considerados indomáveis, representando a imagem do africano que resistiu nas campanhas armadas. Eles eram considerados um grupo social difícil de ser submetido ao regime de impostos generalizados imposto pelo governo colonial, algo que todas as outras populações obedeciam, exceto os Kuvale. A administração colonial justificou suas ações contra os Kuvale com base no roubo de gado (CARVALHO, 2002).

Já no final do século XIX, as autoridades portuguesas apresentavam as guerras entre os pastores africanos e os colonos portugueses como razões suficientes para o não exercício da autoridade administrativa e econômica no sul de Angola. O discurso da autoridade colonial na época rotulou os pastores Kuvale como ladrões de gado, violentos usurpadores e especialistas no roubo do gado dos europeus. Neste período, algum setor na luta anticolonial já se referia ao agravamento da instabilidade social e política no Sul, fundamentada na acusação de que até alguns colonos, em conluio com as autoridades locais, promoviam o roubo do gado dos autóctones, além de cometerem sevícias contra estes (CAMPOS, 2017).

Os Kuvale não se curvavam diante dos colonos brancos ou dos cipaios negros, devido às montanhas íngremes onde dispunham suas manadas, locais onde se resguardavam do perigo. Não foram apenas os funcionários administrativos que abusavam de sua posição para se apropriarem do gado Kuvale, mas também populações brancas, principalmente fazendeiros, que praticavam relações comerciais desonestas, embriagando os Kuvale para se apropriarem de seu gado. No entanto, os Kuvale frequentemente recuperavam seu gado praticando a razia, todos esses fatos contribuíram para a implementação dos colonos dentro dessa cadeia de valores (PÉLESSIER, 1997).

Neste período, as tropas portuguesas impuseram muitas incursões esporádicas na perseguição aos Kuvale, uma das mais notáveis é a relatada por Pélessier (1997) em 1928, a perseguição ocorreu no Jau, os furtivos Kuvale escaparam, de alguma maneira aumentava em si

algum ar de segurança, já que possuíam um profundo conhecimento sobre o terreno, e um sistema de espionagem que lhes dava cobertura para as suas ações de rapina. Os Kuvale mantiveram-se até essa época de 1938, senhores dominadores da região, vergando a autoridade colonial e o seu exército, visto que nesta época as campanhas militares haviam sido encerradas fazia tempo.

Diante das circunstâncias vivenciadas, da resistência imposta pelos Kuvale aos objetivos sobretudo da administração colonial, bem como dos povos Tylengues e dos comerciantes brancos, surge a solução do problema Kuvale em 4 de setembro de 1940, quando as autoridades administrativas coloniais da época acusaram os Kuvale de práticas reincidentes graves no Pocolo e em outras regiões, fazendo com que o governador da Huíla na época pedisse a intervenção dos militares. A delimitação do território a ser intervencionado foi entre o Rio Curoca e o Coporolo, de sul a norte, entre Quilenges e o Atlântico, deste modo estava montado o cerco contra os Kuvale (CAMPO, 2017).

Portanto, durante o início do século XX, marca-se uma das fases de maior turbulência nas relações entre colonos e autóctones no sul de Angola, cuja ameaça era latente na percepção dos colonos. O período que vai de 1918 a 1940 constituiu-se no de maior relutância por parte dos povos Kuvale, que pela primeira vez, viram-se abraçados pelo perigo da extinção. Em 1940, começaram as diligências para os ataques aos Kuvale (CAMPOS, 2017).

A guerra contra os Kuvale desencadeou-se em duas fases: a primeira ocorreu de setembro a dezembro de 1940, com quatro centenas de soldados brancos, mil africanos como auxiliares, destacando os Cuanhamas que foram armados para a luta e uma centena de mestiços. Os fazendeiros, que ao longo deste período foram tachados como fomentadores da discórdia junto das populações africanas, foram destacados nestas batalhas. Quanto aos bôeres, nesta altura, não houve qualquer necessidade de serem utilizados para essa guerra, uma vez que a administração colonial não pretendia de maneira alguma colocar o seu poder em questionamento junto destas populações (PÉLISSIER, 1997).

A necessidade de uma incursão contra os Kuvale é apontada pelos historiadores como motivação suficiente para afirmar que a pacificação não havia logrado no Sul. Isso é comprovado através das campanhas políticas citadas, organizadas pelas autoridades coloniais portuguesas no período correspondente entre 1918 a 1941. Apesar de não terem tido os efeitos desejados devido à falta de recursos, a partir de 1929, reforçaram-se os meios para fazer cumprir as orientações do Governo do Distrito da Huíla, para a realização de uma campanha de reconhecimento dos territórios dos Kuvale, de modo a proceder com o controle político e econômico destes povos. Isso quase resultou na extinção desse grupo, que já na altura contava com menos de 5 mil membros, mas que colocava em questão a autoridade colonial (CAMPOS, 2017).

Segundo Pélissier (1997), os Kuvale representavam o último reduto dos povos de Angola que ainda resistiam ao domínio colonial, a par dos povos do Noroeste (Seles, Amboim, Libolo e Kissama), que durante o período de 1917 a 1918 tentavam a luta pela sua soberania desde 1893. Assim eram os Kuvale, não pagando impostos, temidos pelas autoridades e admirados pelos seus vizinhos Mwila e Quilengues que nesta altura estavam totalmente pacificados, pagando o imposto do gado e prestando serviços aos colonos. Este fato impulsionou alguns destes povos a fugirem de suas zonas em busca de refúgio junto das terras Kuvale, cuja autoridade colonial não exercia qualquer domínio, uma terra dominada por eles, com esconderijos naturais em zonas montanhosas, o que dificultava a intervenção dos soldados coloniais. Além disso, havia entre eles um sistema de vigilância que os capacitava para a defesa de seus enormes espaços.

Por outro lado, os Kuvale mantinham-se insubmissos ao não entrar no comércio regular instituído pelas autoridades, que utilizavam outros meios para manter o comércio regular da carne seca. A verdade é que a insubmissão dos Kuvale causava graves danos à economia colonial (FELNER, 1940). Os Kuvale, taxados como ladrões de gado, na verdade, constituíam-se como fruto de um processo histórico da região, foram parte de um contexto implementado inicialmente por outros grupos, que não sendo grandes possuidores e criadores, vinham constantemente roubar o gado dos Kuvale. Os Kuvale viram-se arrastados nestes processos de economia de razia, impulsionados sobretudo pelos seus vizinhos. Mais tarde, com as duas vagas migratórias de povos criadores expulsos do distrito de Benguela, e pelos portugueses vindos do Brasil, assim como elementos bôeres instalados no distrito da Huíla, passaram a disputar não só os espaços de pastagem, mas, sobretudo, a economia de razia. Geralmente, os Kuvale eram aqueles que buscavam recuperar alguma de sua autoridade e honra, realizando grandes emboscadas ao seu gado roubado, e muitas vezes levando consigo todo outro gado encontrado pelo caminho, ou tomando igualmente o gado dos funantes que abusavam de sua honra (CARVALHO, 2002).

Portanto, durante o princípio do século XX ocorre uma das fases de maior turbulência nas relações entre colonos e autóctones no Sul de Angola. As ameaças eram latentes na percepção dos colonos. O período que vai desde 1918 a 1940, constituiu-se no momento de maior relutância por parte dos povos Kuvale, que pela primeira vez viram-se abraçados pelo perigo da extinção. Em 1940 começaram as diligências para os ataques aos Kuvale (CAMPOS, 2017). Entre 1940 e 1941, as autoridades coloniais portuguesas começaram no distrito de Moçâmedes uma violenta estratégia para o combate aos últimos redutos dos Ova-Helelo livres, acusados de serem fora da lei, incitadores de indisciplina e revolta junto das outras populações africanas, mal influenciados pelos funantes. Os Kuvale persistiram numa resistência que os outros povos do Sul (Ngambo, Humbe e Ovambo) já haviam renunciado (PÉLISSIER, 1997).

A 8 de Dezembro de 1940, os Kuvale do Norte, unidos aos do Sul, fixaram-se entre o Chongoroi, caminho de Quilengues a Benguela; a Impula, caminho que liga Quilengue ao mar, dominaram a região, tendo morto perto de 15 Quilengues e ferido outros 18. As populações Nyanecas refugiaram-se junto dos postos portugueses. A 17 de Dezembro de 1940, os portugueses reforçaram suas ações, pedindo cerca de 500 soldados para aumentar sua capacidade militar e mais dinheiro para reforçar as incursões contra os Kuvale em mais 30 dias de ações militares. A intenção inicial passava em conter os avanços dos Kuvale para além do território angolano, impedir que estes atingissem suas zonas de fuga em direção ao Kaokovele, ou tentassem ações contundentes contra os caminhos-de-ferro. Por isso, tiveram que reforçar o policiamento em cerca de vinte pontos e postos, do Coporolo ao Pocolo, a Chibemba e à Cahama (PÉLESSIER, 1997).

Campos (2017) diz que os portugueses usaram mais de mil soldados, tropas regulares e auxiliares negros, assim como aviação para bombardeamento aéreo. Pretendiam os portugueses restabelecer sua autoridade e acabar com a razia, a resistência dos Kuvale. A verdade é que tal nunca sucedeu de fato. A guerra de 1940 a 1941, considerada a última e a definitiva, em termos humanos utilizou um número aproximado de mil soldados e mais mil auxiliares africanos, mestiços europeus. Em termos materiais, utilizaram dois aviões artilhados com bombas e equipados com uma metralhadora e um pelotão de morteiros para combater uma população estimada em Cinco Mil (5000) pessoas. Uma ação que durou cinco (5) meses. Como saldo desses massacres, referem-se às execuções em massa, atrocidades contra os prisioneiros, saques e pilhagens, o confisco de duas mil cabeças de gado bovino, mais de três mil quinhentos (3500) prisioneiros desterrados para as ilhas de São Tomé e Príncipe, alguns para o interior norte de Angola e outros para as propriedades agrícolas e serviços públicos de Moçâmedes (CARVALHO, 2002).

Ainda em dezembro de 1940, findou o período e os resultados estavam aquém dos interesses do governo colonial de Angola, surgindo a necessidade de se proceder com a segunda fase da guerra contra os Kuvale, que teve o seu início a 28 de dezembro de 1940 e findou em 15 de fevereiro de 1941. Algumas companhias do Norte vieram de Dombe Grande, Chongoroi, etc., as outras protegiam as pistas de Quipungo. A primeira companhia desceu de Impulo para Camuciuo e Caitou, enquanto a segunda via de Quilengues a caminho de Dinde e Lola. O destacamento do Sul vigiava os caminhos em direção aos Gambos, enquanto os dois aviões localizaram e metralharam os grupos que buscavam proteger os rebanhos e as crianças (PÉLESSIER, 1997).

Os Kuvale tombaram nessa segunda fase da guerra. Seus líderes, destacando Xindu-cuto, foram aprisionados. Nené foi morto, e Mussurucuto foi ferido e fugiu do hospital do Lubango, ou não. Perto de 3500 prisioneiros, entre homens, mulheres e crianças. Segundo conta, os Kuvale não dispararam um tiro sequer, o que coloca em causa a natureza dos argumentos de guerra. Os Kuvale

foram vítimas de um genocídio, sobretudo com o fim da caçada a que é atribuído o nome de guerra, alguns tantos foram vítimas de execuções sumárias, e os auxiliares pretos e brancos viram nas consequências do aprisionamento, execuções e desterramentos dos Kuvale, uma soberba oportunidade para enriquecerem (CAMPOS, 2017).

Segundo Pélessier (1997), Sotto-Maior, em seu relatório em sua defesa, afirmou que estavam num período de expansão administrativa do território e que o caso dos Kuvale se constituía numa humilhação para os portugueses, pois no século XX ainda possuíam territórios e povos insubmissos e alheios aos seus desígnios civilizadores. A guerra do Kakombola, a guerra total, foi a última de uma regular sucessão de 'rusgas' que durou cerca de 100 anos e não se interrompeu com a consumação da tranquilidade militar imposta a toda a colônia desde o princípio da terceira década do século XX. Antes, prevaleceu por mais duas décadas, constante, utilizando sempre tropa indígena enquadrada por figuras europeias ou europeizadas da cena colonial, administrativos, militares e civis, desde os tempos dos capitães-mores, em que tudo se confundia. A publicação a que tenho recorrido informa que os capitães-mores de Quilengues, quando acharam que já não dava para raziar mais, ou só, os Tyilenge, se voltaram então para os Kuvale, a Sul, passando a usar aqueles como auxiliares a quem caberia uma parte do gado raziado. (CARVALHO, 2008).

Os Kuvale foram vítimas de genocídio nas prisões, decapitados da maneira mais severa. Por isso, questionamos se Mussurucuto terá fugido mesmo do hospital ou sido assassinado, já que parece não ter havido qualquer clemência contra os Kuvale depois do aprisionamento em massa. Centenas de Kuvale foram enviados às roças de São Tomé, outras centenas foram para as minas, alguns foram para a penitenciária da Damba em Malanje, outros foram cedidos para os proprietários agrícolas de Moçâmedes e Bibala, havendo também os que foram para as câmaras de Moçâmedes (PÉLESSIER, 1997). Este foi o marco mais triste da história dos Kuvale, anterior aos acontecimentos que ditaram a independência do país. Apesar dos infaustos acontecimentos, este aguerrido povo do deserto do Namibe renasceu das cinzas e reergueu-se, reconstituindo os seus espaços de pastagem, as suas ongandas e os seus Elaos, voltando ao que eram antes da guerra de Kakombola, com o dinheiro acumulado das atividades que desenvolviam.

CONCLUSÃO

Em conclusão, permitam-nos afirmar que este estudo teve como objetivo analisar os aspectos mais marcantes dos Kuvale no século XX, um povo cujo princípio é essencialmente baseado na independência e autonomia em relação à terra e aos meios de produção. A ausência de uma autoridade centralizada ao longo do tempo contribuiu significativamente para a manutenção

dos aspectos sociais e políticos desse povo. Os Kuvale são, por si só, uma raridade dentro da convivência social africana que entrou em contato com os europeus e que ainda hoje, no século XXI, representam os elementos da narrativa que acabamos de construir.

Os Kuvale, um povo de tradição livre no século XIX, viram-se ameaçados pela chamada "ocupação efetiva" europeia. Após longos períodos afastados da região costeira do território do Namibe, a administração colonial portuguesa começou a se estabelecer exatamente quando muitas outras potências coloniais também começaram a cobiçar a região. Com o objetivo de preservar sua autoridade na região, a partir do século XIX, começou a ser implementado o sistema de colonização com cidadãos portugueses livres, vindos de Pernambuco, Brasil, e mais tarde, com cidadãos vindos de Olhão, Portugal.

Diante dessa expansão, os Kuvale autóctones começaram a ver sua integridade em risco, especialmente no que diz respeito à sua economia. Foi assim que se tornaram a última resistência africana em território angolano ocupado por Portugal. Os sinais claros de resistência foram principalmente influenciados pelos valores de sua cultura, como a não prática da agricultura, a recusa em prestar trabalho a terceiros, o refúgio no interior, longe da Vila criada, e, principalmente, a não participação na vida econômica e comercial, preferindo vender seu gado a pagar impostos. A administração colonial no século XX interpretou todas essas questões como desafios à soberania portuguesa, um ato indigno de resistência que culminou com a declaração de guerra e genocídio contra os Kuvale. Isso quase resultou na exterminação física e espiritual desse grupo humano no período de 1940 a 1941. É importante destacar que, embora tenha havido resistência e genocídio, não há evidências de guerra nos relatos descritos nas bibliografias que apresentamos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAMPOS, Rafael Coca de. **Ocupação, violência e negociação: relações econômicas, políticas e sociais entre populações pastoris africanas e a sociedade colonial portuguesa no Sudoeste**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós Graduação em História, UNICAMP, Campinas, 2017.

CARVALHO, Ruy Duarte de. **A câmara, a escrita e a coisa dita**. Lisboa: Edições Cotovia - Lda, 2008.

CARVALHO, Ruy Duarte de. **Os Kuvales na história, nas guerras e nas crises (artigos e comunicações, 1994-2001)**. Luanda: Editorial Nzila, 2002.

CARVALHO, Ruy Duarte de. **Aviso à navegação: olhar sucinto e preliminar sobre os pastores Kuvale da província do Namibe**. Luanda, Angola: INALD, 1997.

ESTERMANN, Carlos. **Etnografia do Sudoeste de Angola. O Grupo Étnico dos Herero. Volume III**. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar, 1961.

FELNER, Alfredo de Albuquerque. **Apontamentos sobre o Planalto e Litoral do Sul de Angola. Volume I.** Lisboa: Edição Agência Geral das Colónias, 1940.

GOMES, Armino Jaime. "Mundombe do 'Dombe' ou Ndombe do Mundombe?..." **Mulemba, Revista Angolana de Ciências Sociais**, vol. 04, n. 08, p. 77 – 100, 2014.

PÉLISSIER, René. **Histórias das Campanhas de Angola. Resistência Revoltas 1845-1941. Volume II.** 2ª Edição. Portugal: Editorial Estampa, 1997.

REDINHA, José. **Etnias e Culturas de Angola.** Angola: Edição do Instituto de Investigação de Angola com a colaboração do Banco de Angola, 1973.

WHEELER, Douglas; PÉLISSIER, René. **História de Angola.** Lisboa: Edições Tinta-da-China, 2011.

Recebido em: 27/06/2023
Aprovado em: 12/11/2023